# A ESCASSEZ DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DO PACOTE DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO À DOCÊNCIA

Karlane Holanda Araújo
Raquel Almeida de Carvalho Kokay



Karlane Holanda Araújo é Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Doutora e Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora da área de Política e Gestão Educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Diretora da Anpae Ceará (2025-2027). Lider do Grupo de Pesquisa Observatório do Novo Ensino Médio (ONEM). E-mail: Karlane.araujo@ifce.edu.br

https://orcid.org/0000-0003-2428-889X

Raquel Almeida de Carvalho Kokay é Mestre em Ensino e Formação Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da rede estadual do Ceará.
E-mail: raquel.carvalho@prof.ce.gov.br

https://orcid.org/0000-0001-6359-4553

> Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática.
>
> [ *Paulo Freire* ]

## Introdução

O presente estudo intitulado *A escassez de professores/as da Educação Básica: análise do pacote de políticas governamentais de incentivo à docência,* tem como escopo discutir a respeito do "apagão" na área da docência, evidenciar as principais causas de rejeição dos jovens brasileiros à atuação como professores/as na educação básica, bem como refletir sobre o alcance das políticas de atrativos monetários, benefícios culturais e oportunidades de qualificação profissional.

O intuito é promover o debate em torno da questão crucial: O pacote de políticas governamentais voltadas ao incentivo dos jovens para a carreira docente encontra-se em consonância com o enfrentamento das principais causas da escassez de professores/as no país?

A crise da escassez no magistério da educação básica, que enfrentamos na atualidade, possui raízes historicamente profundas, relacionadas à formação adequada, às condições dignas de trabalho e à remuneração justa. Essas pautas de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, foram demarcadas, veementemente, em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento redigido por um grupo de intelectuais liderados por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e

Lourenço Filho, que propunha uma reforma profunda na educação brasileira.

As pautas supracitadas são vistas como essenciais para garantir a qualidade do ensino e o sucesso das reformas educacionais. No texto do Manifesto, defendia-se a necessidade de investimento nos profissionais da educação, reconhecidos como pilares de um sistema educacional de qualidade, ao assegurar-lhes "formação e remuneração equivalentes que lhes permitam manter, com eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores".

Embora o Manifesto não aborde de forma direta a instituição de um piso salarial nacional — como já indicava o Decreto Imperial[1] presente na Lei Geral de Dom Pedro —, os pioneiros de 1932 demonstraram preocupação com a valorização do magistério ao enfatizarem a importância dos professores e professoras como profissionais fundamentais para a educação.

Nesse escopo, vemos no Manifesto:

> [...] uma denúncia marcante: docentes não participam dos supostos "avanços" da nação. Vemos ainda um persistente problema: o do (in)decente salário docente. Soma-se a isso o excesso de trabalho, já que muitos(as) precisam acumular empregos em diferentes instituições de ensino como tentativa de melhoria dos seus ganhos financeiros. A consequência dessa equação é drástica: fadiga excessiva e falta de oportunidade (tempo e força) para investir na própria formação [...]

Além dessa manifestação histórica de resistência, outras tantas demandas dos professores/as foram inúmeras vezes suprimidas, deixando marcas profundas na

profissão. Codo (2006) constatou que a profissão de professor/a é considerada como uma das mais estressantes e que causam o adoecimento psicológico por meio do trabalho. Especialmente no caso do professor de Educação Básica no Brasil, que é muito exigido, porém pouco apoiado. A docência do Ensino Fundamental e Médio é apontada como uma das profissões que acarretam maiores índices de desgaste emocional para os trabalhadores (Damásio; Melo, 2013).

Estudos publicados entre os anos de 1985 e 2007 sobre o trabalho docente indicaram a incidência de transtornos mentais, estresse, síndrome de *burnout*, problemas vocais, doenças osteomusculares, entre outros, sugerindo o aumento do adoecimento dessa categoria ou o rápido crescimento na observação desse fenômeno a partir do ano 2000 (Freitas; Cruz, 2008).

A profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes, uma vez que o ato de ensinar tornou-se uma atividade altamente desgastante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional (Reis et al., 2006). Desgastes osteomusculares e transtornos mentais, como apatia, estresse, desesperança e desânimo, são formas de adoecimento que têm sido identificadas em professores (Barros et al., 2007).

O professor brasileiro tornou-se um profissional que demanda um olhar mais atento para suas necessidades, tanto no âmbito do trabalho quanto no que se refere à própria saúde (Benevides-Pereira, 2012). Um dos estudos analisados por Batista et al. (2013) aponta que mais da metade dos afastamentos do trabalho entre professores da Educação Básica decorre de quadros depressivos,

evidenciando o elevado nível de acometimento dessa psicopatologia no magistério.

Com efeito, chegamos nos anos 2024/2025, num cenário crítico do adoecimento de professores/as no Brasil, com aumento expressivo de afastamentos por saúde mental**,** como ansiedade e *burnout*. Esse quadro é impulsionado pela sobrecarga de trabalho, pela desvalorização profissional, pela violência escolar e pelos baixos salários. É hora de lidar com as consequências. A conta chegou!

Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em 2024, revelou que "aproximadamente 460 mil professores e professoras da educação básica trabalham em mais de uma escola no país." A atuação docente em múltiplas escolas no Brasil acarreta em mais deslocamentos, exposições no trânsito, em terminais rodoviários, dificuldade de estabelecer elos sociais com a comunidade, além de ter que conciliar horários de reuniões, planejamentos, eventos e aulas extracurriculares das diferentes instituições de ensino. Esse quesito é adoecedor, mas vem sendo tratado como um mal necessário para suprir a carga horária escolar e fazer o sistema funcionar.

O dado numérico revelado já fala por si; não houve política para contenção dessa problemática que os professores/as brasileiros enfrentaram e enfrentam diariamente. Entende-se que, no Brasil, essa temática não tem recebido atenção suficiente por parte dos governantes, sendo fundamental a construção e a efetivação de políticas públicas que visem à melhoria das condições do trabalho docente.

Para Saviani (2011, p. 16), a qualidade do trabalho pedagógico se eleva quando assegurada uma "jornada de trabalho de tempo integral em uma única escola, com

tempo para aulas, preparação de aulas, orientação de estudos dos alunos, participação na gestão da escola, reuniões de colegiados e atendimento à comunidade".

Outro dado da pesquisa da FCC (2024, p.6) acende mais um alerta, vejamos:

> [...], um docente em uma jornada de 40h semanais, com um terço do tempo para as atividades extraclasse, leciona, no máximo, por 26 horas e 40 minutos por semana. Se considerar redes de ensino com aulas de 50 minutos e que o componente curricular só tenha duas aulas por semana, esse profissional pode chegar a lecionar 32 aulas por semana para 16 turmas diferentes.

Docentes de Filosofia, Artes, Sociologia, Educação Física enquadra-se nesse perfil acima demarcado, com 2h/a semanais em cada turma, precisam lecionar em 16 turmas diferentes para somar o total de 32h mês, tendo ainda 8h/a para planejamento escolar com seus pares na área comum. Veja a complexidade:

Se usarmos uma média de 30 alunos por turma, docentes, na situação do exemplo, dão aulas para 480 estudantes, o que significa uma alta demanda para quem vai ter que explicar a mesma coisa várias vezes, tirar dúvidas, corrigir lições e trabalhos, além de se deslocar entre as turmas e escolas (GILBERT, 2025).

A carga horária, a quantidade de ações pedagógicas e burocráticas para realizar, o alto número de estudantes para se relacionar, provas, correções, reuniões etc geram situações de esgotamento profissional, repercutindo diretamente na saúde mental desses profissionais. As pressões por produtividade e alcance de metas das avaliações externas também são "fantasmas" presentes no cotidiano

profissional dos docentes. Inclusive, repercutindo negativamente na autonomia dos professores quanto à organização e planejamento das suas aulas, tendo que replicar modelos curriculares, aplicar simulados de provas, restringir suas ações pedagógicas aos ditames da política de resultados educacionais.

Entre a preparação de aulas, a correção de avaliações e a realização de atividades que extrapolam a jornada formal, grande parte do trabalho docente é realizado fora do espaço escolar e sem reconhecimento na contabilização da carga horária, tornando o ato de ensinar não só mal remunerado, como também custoso e cansativo, como explica em entrevista ao Jornal da USP, a Profa Sílvia Colello, professora sênior da pós-graduação da Faculdade de Educação (FE) da USP:

> A gente tem a impressão de que muitos professores trabalham meio período, por exemplo, mas na verdade ele acaba preenchendo grande parte do seu tempo fora da escola com a preparação desses trabalhos, correção de provas e atividades.(2025).

Ainda no que se refere às condições de trabalho, Assunção (2010) afirma que estas compõem um conjunto de recursos que viabilizam a realização da atividade profissional, abrangendo desde as instalações físicas até os recursos materiais disponíveis nas instituições, conforme a natureza do trabalho desenvolvido. Tais condições envolvem, ainda, as relações interpessoais estabelecidas no processo de trabalho. Nesse sentido, o trabalho docente abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo quanto às atividades laborais realizadas nas instituições de ensino, extrapolando a regência de classe.

No contexto escolar, a precarização do espaço escolar se manifesta nas escolas da seguinte forma: sem água potável, sem bibliotecas, sem laboratório de informática, sem toner para xerox, sem pincel, ou seja, sem condições de funcionamento para atuação docente na promoção da aprendizagem de crianças e jovens da educação básica.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), no estado do Ceará, cerca de 80 mil alunos não têm acesso a água potável, e aproximadamente 65% das escolas públicas não possuem saneamento básico. Mais de 200 escolas não possuem água potável. Em contrapartida, o Ceará apresenta, no cenário educacional brasileiro, os melhores índices de rendimento escolar, e a maior quantidade de escolas de alto desempenho nas avaliações externas.

As condições laborais das escolas públicas são mascaradas pelos indicadores de desempenho educacional, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que apontam como escolas de alto padrão de qualidade, por atenderem a meta 7 do Plano Nacional de Educação. Entretanto, observa-se que muitas escolas estão funcionando sem as condições mínimas de funcionamento, sem água potável/saneamento. É uma fraude legitimada pelo sistema. A propaganda da Escola Nota Dez não condiz com as reais condições de trabalho docente e de aprendizagem dos estudantes (Araújo, 2020).

A falta de condições de trabalho com sobrecarga de tarefas, uma organização do trabalho centrada na produtividade e uma falta de reconhecimento social e econômico do professor tendem a levar ao adoecimento, não como condição individual, mas como resposta a este conjunto de condições insatisfatórias de trabalho (Araújo, 2020, p.145).

Professores/as, muitas vezes, precisam adquirir, com recursos próprios, papel, pincel, apagador e materiais para reprodução de atividades, bem como materiais didáticos destinados ao desenvolvimento de práticas pedagógicas com crianças e jovens nas escolas públicas. Sacrificando seus salários para dar resolutividade a falta de recursos que o próprio sistema educacional deveria suprir.

Nessa direção, as pautas relacionadas à remuneração e à valorização profissional configuram-se como demandas recorrentes nas lutas dos trabalhadores da educação, uma vez que a categoria docente apresenta um dos menores pisos salariais entre as profissões que exigem formação em nível superior. Em 2023, o rendimento médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas com ensino superior foi de R$ 4.942, enquanto os demais assalariados com o mesmo nível de escolaridade auferiram, no mesmo ano, rendimento médio de R$ 5.747 (Anuário do Todos pela Educação, 2024). Esses dados evidenciam que os salários dos professores brasileiros permanecem inferiores aos de outras categorias com escolaridade equivalente.

Em comparação com outras profissões, o salário de um professor no Brasil equivale a menos da metade da remuneração média de advogados, médicos e engenheiros, cujos rendimentos superam R$ 10 mil, segundo a tabulação feita pelo Todos pela Educação, partir dos dados da Pnad, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os baixos salários, a falta de atratividade, o envelhecimento dos profissionais que estão atuando na profissão e o abandono precoce da carreira têm acendido um alerta quanto à insuficiência do número atual de pro-

fessores/as para suprir a demanda de estudantes matriculados na educação básica.

Para Masson (2016, p. 161), a desvalorização salarial e a remuneração excessivamente baixa tornam evidente que "a equiparação salarial do professor com as demais profissões é condição indispensável para a atratividade e a permanência na carreira, pois é a questão que mais determina a escolha dos jovens, embora isso não seja suficiente". A autora ressalta que a remuneração docente apresentou avanços com a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional. Contudo, observa-se que muitos estados da federação passaram a considerar esse valor mínimo como se fosse o teto salarial.

Para Sílvia Colello, professora sênior da pós-graduação da Faculdade de Educação (FE) da USP, a desvalorização da profissão constitui um dos principais fatores associados ao desinteresse e ao desânimo em relação à carreira.

> O maior problema é a desvalorização da profissão docente no Brasil. O que, na prática, se reflete numa baixa remuneração. Para que a gente possa ter uma ideia, na média, os professores ganham muito menos do que outros profissionais que têm o mesmo grau de escolaridade. […](Redação G1, 2025).

Diante de todos os pontos elencados acima acerca da precarização do trabalho docente, do esgotamento e adoecimento mental dos professores, faz-se necessário destacar a insegurança, a violência e o assédio moral que os profissionais de educação estão sendo expostos. Não é falácia e nem "mimimi", os casos de agressão verbal, física e psicológica estão cada vez mais recorrentes nas instituições de ensino do país.

O número de casos de violência no ambiente escolar mais do que triplicou em 10 anos, atingindo seu ápice em 2023. Segundo análise de dados nacionais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), aproximadamente 13,1 mil pacientes foram atendidos em serviços públicos e privados de saúde, após se automutilarem, tentarem suicídio ou sofrerem ataques psicológicos e físicos no contexto educacional. Em 2013, houve 3,7 mil episódios. (Redação G1, 2025)

Conforme o observa DH (2023), os dados tiveram uma crescente para 13.117 vítimas de violência no ambiente escolar, automutilação, situações de agressões físicas e verbais. O Ministério da Educação chama atenção para as categorias da violência escolar: agressões extremas (como o caso da Creche em Blumenau – 2023), violência interpessoal (hostilidade e discriminação), *bullying* (intimidações fisicas, verbais e psíquicas), e episódios no entorno (trafigo de drogas, tiroteios, roubos e furtos).

Portanto, violência, assédio moral, desvalorização social, baixa remuneração etc corroboram para a rejeição dos jovens em cursar licenciatura e obter a formação inicial para atuar como professor.

E é nesse tom que reverbera, meus caros leitores/as, o canto da sereia com as políticas de incentivo do governo federal a fim de atrair licenciandos/as para formação inicial. A seguir vamos explicitar a metodologia de pesquisa do presente estudo, na sequência, apresentar as políticas de atrativos monetários, benefícios culturais e oportunidades de qualificação profissional legitimadas pelo Ministério da Educação do país. Adiante, iremos mostrar as ações governamentais da Secretaria de Edu-

cação do Ceará e, por fim, teceremos as discussões em direção a nossa pergunta norteadora supracitada.

## Método de pesquisa

O estudo foi construído a partir da pesquisa bibliográfica, embasada nos autores Benevides – Pereira (2012), Codo (2006), Freitas & Cruz (2008), Saviani (2011) e nos órgãos de levantamento de dados pertinentes à temática em questão. A etapa da pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de obras "diversas sobre o tema investigado, procedimento que envolve a avaliação cuidadosa da potencialidade de cada texto selecionado, de modo a sustentar as proposições do estudo." (Pereira, 2018).

No presente escrito, o documento foco é o Programa Mais Professores para o Brasil, do Ministério da Educação, via site www.gov.br. Considera-se documento todo suporte que contenha registros de informações, tais como textos legais, correspondências oficiais, publicações jornalísticas, transcrições de áudio e vídeo, literatura, registros institucionais, imagens ou outros meios passíveis de acesso e utilização para fins de estudo, referência ou comprovação.

A pesquisa documental seria aquela em que os documentos são a única fonte de obtenção de dados e informações, com a finalidade de se compreender um fenômeno (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

Além dessas fontes, a pesquisadora principal realizou uma entrevista via *google forms* com três professores pesquisadores renomados no cenário educacional do país. Segundo Mota (2009), o *Google Forms* é uma ferra-

menta gratuita de criação de formulários on-line disponível para qualquer usuário que possui uma conta Google e ainda pode ser acessado em diversas plataformas, inclusive, por meio do celular.

As entrevistas foram aplicadas a docentes associados à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), atuantes na representação das diretorias, com mais de dez anos de experiência na área de formação de professores nas IES. O formulário contou com quatro perguntas discursivas que traremos no último tópico do escrito, intitulado de *Dialogando com quem entende do assunto*.

## Pacote de políticas docentes no Brasil: atrair, manter e valorizar

O governo federal**,** através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), mostra que o porcentual de novos alunos em cursos de Licenciatura com até 29 anos de idade caiu de 62,8%, em 2010, para 53%, em 2020. De 2010 a 2020, o crescimento no ingresso em graduações envolvendo o ensino foi de 53,8%, enquanto que para outros cursos o crescimento foi de 76%.

Diante dos dados que demonstram o declínio da procura pela formação docente nos cursos de licenciatura do país, a iniciativa do MEC foi criar, em janeiro de 2025, estratégias de ingresso e permanência dos jovens na profissionalização do magistério. As unidades responsáveis são a Secretaria-Executiva, a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tendo como parceiros, os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Uma das estratégias de amplo alcance foi a criação do **Programa Mais Professores para o Brasil,** cujo objetivo visa "fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério, proporcionando-lhes recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo." (MEC, 2025)

O programa envolve ações em 5 eixos integrados e estruturantes, conforme apresentados a seguir:

| EIXOS | AÇÕES | ADESÃO |
|---|---|---|
| **1. Seleção para o ingresso na docência** | Prova Nacional Docente para subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios nos processos de seleção e de ingresso no magistério. | Adesão voluntária, assinatura do termo acessível no Sistema Integrado de Monitoramento. |
| **2. Atratividade para as licenciaturas** | Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas para fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura. | Adesão por meio de termo de compromisso assinado pelo estudante beneficiário e a CAPES. |
| **3. Alocação de professores** | Bolsa Mais Professores para incentivar a atuação em regiões e áreas de conhecimento com carência de docentes | Adesão voluntária, assinatura do termo acessível no Sistema Integrado de Monitoramento. |
| **4. Formação docente** | Portal que visa fortalecer o desenvolvimento profissional de acordo com o perfil e a necessidade do docente. | Não requer adesão. |
| **5. Valorização dos professores** | Ações de reconhecimento da importância social dos docentes, estabelecidas por meio de parcerias com outros ministérios e órgãos públicos. | Não requer adesão. |

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do MEC (2025).

Adiante, serão apresentados os objetivos, as características e o funcionamento de cada um dos eixos supracitados.

A Prova Nacional Docente (PND) é um exame anual, frequentemente chamada de "Enem dos Professores", é uma nova iniciativa recente do Ministério da Educação (MEC) com o intuito de fortalecer a formação dos educadores e auxiliar na seleção de docentes para a educação básica pública no Brasil. A PND é composta por duas partes: a formação geral, constituída por 30 questões objetivas, e o componente específico, composto por 50 questões de múltipla escolha, totalizando 80 questões. A duração total da prova é de cinco horas e trinta minutos.

O conteúdo da PND fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, bem como em dispositivos normativos e legislações que regulamentam o exercício profissional nas áreas avaliadas. Ademais, articula-se à matriz de referência do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes das Licenciaturas (ENADE), a qual orienta a avaliação dos cursos responsáveis pela formação de futuros docentes.

As matrizes de referência de cada curso definem o perfil esperado dos docentes, bem como as competências, habilidades e conteúdos avaliados  a serem avaliados. Além disso, orientam a elaboração das questões a partir do Banco Nacional de Itens (BNI) da educação superior, coordenado pelo Inep. (MEC, 2025)

A PND não se limita apenas a auxiliar nas seleções, mas também busca oferecer dados que colaboram na criação de políticas públicas focadas na formação de professores, com a visão de promover um ensino de qualidade e valorização da profissão docente.

A Bolsa Pé-de-Meia foi regulamentada em 26 de Janeiro de 2024 pelo decreto de nº 11.901, com a finali-

dade de incentivar a formação de novos professores, funciona com concessão de bolsas de estudo para estudantes universitários de baixa renda matriculados em cursos de licenciatura, os valores são pagos mensalmente pelo Banco do Brasil, por meio da Poupança Social, durante o curso, havendo também uma poupança que pode ser acessada após o ingresso na rede pública.(MEC, 2025).

O incentivo da bolsa funciona da seguinte forma:

> Bolsa com pagamento mensal para estudantes de licenciatura que obtiverem nota média igual ou superior a 650 pontos no Enem. O valor do incentivo financeiro é de R$1.050, sendo R$ 700 com saque imediato e R$ 350 como poupança, com saque após ingresso em uma rede pública de ensino em até cinco anos. O estudante pode ingressar por meio do Sisu, ProUni ou Fies.

Vale ainda explicitar que

> *para manutenção da bolsa e acesso à poupança:* Cursar a quantidade de créditos obrigatórios de cada período; A cada semestre, obter resultados acadêmicos satisfatórios nos créditos matriculados, conforme regulamento; Após a conclusão da licenciatura, ingressar em uma rede pública de ensino em até cinco anos.

Observa-se que no conjunto dos incentivos financeiros há um valor de R$350,00 como poupança que o/a bolsista poderá sacar, em até cinco anos, ao ingressar numa escola pública para lecionar. Esse critério vincula o recebimento da referida poupança mediante atuação como professor/a, estimulando o/a licenciado/a a seguir a carreira do magistério.

A figura a seguir apresenta a distribuição das bolsas do Programa Pé de Meia, suas condicionantes, valores e período de recebimento.




Fonte: https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/portal-formacao

A Bolsa Mais Professores foi lançada em janeiro de 2025, considerada um apoio financeiro de grande relevância para professores/as que atuam em áreas com carência de profissionais, como escolas rurais ou de difícil acesso. O objetivo central do programa é ampliar a atuação docente em regiões e áreas do conhecimento com déficit de professores.

Segundo o MEC (2025), o incentivo financeiro mensal é de R$ 2.100,00, além do salário, e está vinculado à participação dos professores/as no curso de pós-graduação *lato sensu* com foco em docência durante o período da bolsa.

Outro eixo do Programa Mais Professores para o Brasil foi a criação do Portal voltado para formação docente, alinhado às Metas 15 (Formação específica para professores) e 16 (Formação continuada e pós-graduação) do Plano Nacional de Educação - PNE (2014/2024). O acesso ao Portal Docente ocorre por meio do endereço eletrônico oficial do MEC (https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores), permitindo a solicitação da

Carteira Nacional Docente[2], (CND), que valida a profissão e possibilita o acesso a benefícios, bem como a cursos de formação continuada disponibilizados em ambientes virtuais institucionais.

Segundo o Ministro da Educação, Camilo Santana, os professores acessam o portal por meio da conta Gov. br para gerenciar dados, solicitar a CND e acessar recursos de capacitação. É um canal de comunicação voltado para formação continuada e valorização dos docentes brasileiros. Dados do Programa Mais Professores para o Brasil evidenciam que, em 2025, foram beneficiados 2,7 mil professores e 57,3 mil estudantes foram impactados pelas ações do programa.

Por fim, o eixo valorização dos professores que inclui ações de reconhecimento da importância social dos docentes, estabelecidas por meio de parcerias com outros ministérios e órgãos públicos, como, por exemplo:

- **Descontos e Benefícios:** Parcerias com bancos públicos (como o Banco do Brasil) oferecem cartões com condições especiais, como isenção de anuidade e taxas diferenciadas. Além disso, professores da educação básica têm direito a descontos em hotéis credenciados em todo o país, por meio de uma parceria entre os ministérios do Turismo e da Educação.

- **Equipamentos:** Iniciativas para a entrega de computadores a professores da rede básica para auxiliar na aprendizagem.

- **Novas Regras de IRPF e Acumulação de Cargos:** Cerca de 73% dos professores da educação básica foram beneficiados com isenção ou redução no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Uma Emenda Constitucional recente também permite que professores acumulem ou-

tros cargos públicos de qualquer natureza, além do cargo técnico ou científico já permitido anteriormente.

● **Benefícios Exclusivos:** Cartão de crédito sem anuidade e descontos em hotéis, em parceria com bancos e o Ministério do Turismo. (MEC, 2025)

Diante dos eixos explanados acima, percebe-se que o pacote de incentivos financeiros direcionado aos professores em início de carreira abrange bolsas de permanência no curso de licenciatura e a poupança para o ingresso no magistério em escola pública. Para os professores em exercício, a bolsa de incentivo está vinculada à capacitação continuada em programa de pós-graduação. Além dos aspectos financeiros e formativos evidenciados no Programa Mais Professores para o Brasil, observam-se aspectos de valorização sociocultural com diversas ações incrementando benefícios para a categoria. É importante destacar que o governo federal trouxe para ordem do dia a pauta atrair, formar e valorizar os professores/as.

Nessa direção, emergem algumas inquietações: por que o aumento da remuneração salarial e a melhoria das condições de trabalho não foram contemplados entre os eixos do programa? Por que medidas de segurança escolar não foram estabelecidas? Por que a questão da saúde mental não foi discutida e apresentada ações de contenção dos dados? Tais indagações servem de esteio para nosso diálogo a seguir:

## Dialogando com quem entende do assunto

Nas obras de Paulo Freire, o Diálogo constitui uma das categorias fundantes, pois possibilita a formação do

sujeito comunicativo, crítico e protagonista da história. Tomamos emprestado essa categoria freireana para destacar a palavra, a percepção, e a opinião, cotejadas em nossa pesquisa com os/as anpaeanos/as. A comunicação realizada foi com quem estuda e atua na área de formação de professores há mais de 10 anos, portanto é uma discussão forjada com quem entende do assunto.

A pesquisa qualitativa foi realizada virtualmente, com pesquisadores associados da Anpae. Foram entrevistados/as três professores/as renomados através de um formulário via *google forms* constando de quatro perguntas discursivas a respeito do Pacote Federal para atrair mais professores no país.

A primeira indagação foi:

*Pergunta n°1 - Para você, quais as principais motivações para o declínio da procura dos jovens pela formação docente nos cursos de licenciatura do país?*

> Na minha opinião, os baixos salários, as condições de trabalho insatisfatórias, os desafios para trabalhar com crianças e jovens, principalmente com níveis de violência exacerbados, o descrédito da própria carreira docente como um processo crescente historicamente, as poucas garantias em termos institucionais para uma carreira consolidada, especialmente em razão da terceirização e precarização das formas de ingresso e permanência nos sistemas de ensino. (P1)

> As principais causas para a baixa motivação dos jovens em relação à carreira docente na educação básica estão implicadas na desvalorização financeira da carreira, com baixos salários, condições de trabalho precárias e inseguranças no acesso e na permanência, tendo em vista a não realização de concursos e a inexistência de planos de carreira em muitos municípios brasileiros, ou seu descumprimento em muitos estados. Ao mesmo tempo, a carreira docente tem sofrido com

> a desvalorização social, sem o devido reconhecimento da importância do profissional para o desenvolvimento sociocultural do estado brasileiro. Estudos apontam, ainda, a insegurança que vem crescendo nas escolas, com a mudança nas relações sociais e a violência que penetra o ambiente, gerando problemas entre professores, estudantes e suas famílias, mas não seria esta a principal causa da desistência na carreira, embora venha se acentuando progressivamente. (P2)

> Suponho que seja a desvalorização do magistério; violência nas escolas e na sociedade. (P3)

As entrevistas trazem como aspectos de desmotivação para os jovens seguirem a carreira do magistério os baixos salários, as condições de trabalho precárias, a desvalorização financeira e social, bem como o clima de insegurança e violência nas instituições de ensino.

Adiante, a pergunta n°2 foi: *O MEC, em janeiro de 2025, lançou o Programa Mais Professores com várias estratégias de ingresso e permanência dos jovens na profissionalização do magistério. Na sua opinião, o programa apresenta consonância para combater as principais causas da problemática da falta de professores/as no país? Comente sua resposta.*

> Não acredito que o programa terá forças para combater as principais causas da problemática, pois o cenário onde ocorre essa desvalorização da carreira tem raízes em vários setores da governabilidade nos vários âmbitos de decisões (federal, estadual, municipal). Os profissionais mais desvalorizados são os vinculados aos sistemas municipais e, também, de alguns estados. Grande parte das mudanças necessárias para atrair jovens para essa profissão deve passar pelas posturas e vontade política dos dirigentes governamentais compreendendo os trâmites dos poderes desses entes federados, como, por exemplo, o poder legislativo. O programa não tem o alcance de chegar

a esses setores responsáveis para redirecionar as políticas de valorização dos profissionais da educação. (P1)

O Programa Mais Professores volta-se para estímulos à formação inicial, ao ingresso por concurso público e à atuação de professores em regiões remotas e de difícil acesso, amenizando dificuldades evidenciadas, sendo uma importante estratégia, no momento, para atenuar as perspectivas colocadas de "apagão" na carreira docente. No entanto, é fundamental a construção de políticas de Estado que assegurem a valorização do magistério como princípio, com metas e estratégias planejadas em todas as redes de ensino do país, de forma contínua e permanente. Quando falamos em valorização não nos referimos somente a salários, mas inclui, também, a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, o ingresso por concursos públicos e os planos de carreira.

O Censo Escolar de 2025 indica que 63% dos municípios brasileiros não realizam concurso para professores há cinco anos ou mais. Dessa forma, a deficiência de professores é suprida com professores contratados, sem vínculo, sem direitos beneficiários e sem estabilidade, gerando a precarização e a descontinuidade nas políticas de formação continuada, de quadros docentes permanentes nas escolas, que assegurem o pleno desenvolvimento dos projetos político pedagógicos e os direitos de aprendizagens dos estudantes, associados ao risco de professores sem a formação adequada nas escolas. O Programa Mais Professores pode ser uma estratégia importante se houver adesão dos municípios no eixo da contratação por concurso público, porém é essencial que sejam pactuadas outras políticas de valorização do magistério, visando que a educação seja reconhecida como prioridade nas políticas locais e nacionais. Por fim, essas iniciativas pressupõem um financiamento adequado para garantir todos os requisitos do custo aluno qualidade, previsto na Lei Complementar 220/2025, que institui o Sistema Nacional de Educação, fundamental para a efetivação das políticas de valorização do magistério, associadas à aprovação de um novo PNE que assegure a cooperação entre os entes federados de forma integrada, com equidade e qualidade socialmente referenciada (P2).

> Penso que sim, através dos seus eixos estruturantes, principalmente o eixo 5, a valorização dos professores e o eixo 2, a atratividade para as licenciaturas 4, formação docente. Esse programa se, de fato, for efetivado, possibilitará um salto qualitativo ao ingresso de professores no ensino público e consequentemente ao reconhecimento da profissão docente(P3).

As entrevistas apresentam diferentes posicionamentos quanto ao alcance do Programa Mais Professores para fomentar efetivamente o ingresso e a permanência dos jovens na profissionalização do magistério. Há, portanto, quem acredite que as estratégias do Pacote Federal, especialmente, os eixos 2 e 5, possibilitarão um maior quantitativo de ingressos nos cursos de licenciatura, bem como maior reconhecimento da profissão docente.

Por outro lado, existe opinião divergente notificando que o Programa não terá força política para atrair e manter jovens nos cursos de licenciatura do país, visto que a desvalorização da carreira tem raízes em vários setores da governabilidade nos vários âmbitos de decisões, principalmente nas instâncias municipais e estaduais, passando pelo poder legislativo sendo frágil o alcance efetivo das estratégias de valorização.

Além dessas opiniões, apresenta-se um outro olhar a respeito do Programa que identifica ser uma estratégia relevante se condicionada a adesão dos municípios no eixo da contratação por concurso público, ou seja, que sejam pactuadas outras políticas de valorização do magistério nas políticas locais e nacionais. Sendo assim, é indispensável a cooperação entre os entes federados de forma integrada, com equidade e qualidade socialmente referenciada para promover concurso público, formação inicial e continuada.

As respostas descritas acima, apesar de distintas, não são divergentes. Observa-se que as opiniões rumam para um mesmo alvo: apresentam concordância do Programa para melhorar a problemática da falta de professores/as no país, mas advertem que o Pacote Federal não dará conta de resolver o "apagão" docente sem o apoio dos entes federados (município, estado, federal), sem o envolvimento do legislativo em favor da abertura de concurso públicos e aprovação de melhores salários, sem o pacto de cooperação entre as instâncias.

Em seguida, a pergunta n°3 foi: *A Bolsa Pé-de-Meia é um dos eixos do Programa para fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudantes nos cursos de licenciatura. Qual a sua posição sobre essa estratégia governamental?*

> Tem fraco alcance, na minha opinião. É um apelo com base em recursos financeiros, de impacto temporário, que não garante ao profissional perspectivas futuras com segurança e realização numa carreira sólida. (P1)

> Avalio que, isoladamente, não solucionará a situação de forma global e permanente, apesar da importância no momento. Essa iniciativa deveria estar associada a políticas de valorização que estabeleçam, de forma efetiva, o reconhecimento da profissão docente e a atratividade para ingresso, permanência e progressão na carreira docente. (P2)

> Diante do contexto que estamos vivenciando, sou totalmente a favor dessa estratégia. Torço para um efetivo sucesso do programa, de forma que num futuro próximo, essas estratégias sejam incorporadas como política de estado, havendo uma permanente valorização e avanço na qualidade da formação docente, geradoras de ingresso e permanência de jovens nos cursos de licenciatura (P3)

As pesquisadoras P1 e P2 ressaltam que a Bolsa Pé-de-Meia é um apelo financeiro que, isoladamente, não solucionará a problemática salarial, de desvalorização da carreira do magistério, e das condições precárias das escolas, sendo indispensáveis outras iniciativas legais e de governança para atrair jovens para a profissão.

Por sua vez, a pesquisadora P3 destaca que, mediante o contexto atual, ela defende o Programa por acreditar e torcer que a Bolsa Pé-de-Meia seja incorporada conjuntamente com outras ações de valorização docente como política de Estado.

Portanto, as pesquisadoras entrevistadas reconhecem a iniciativa do governo federal como um importante dispositivo financeiro impulsionador para atrair jovens a seguirem a carreira do magistério, porém advertem que isoladamente não terá o alcance efetivamente desejado.

Por último, a pergunta n° 4: C*om base nas suas pesquisas e atuação profissional, como o governo poderia atrair jovens para atuarem como professores na educação básica?*

> Desenvolvendo um trabalho de grande envergadura envolvendo governadores, prefeitos, secretários de educação, Câmara de Deputados, Câmara de Vereadores, conselhos de educação, fóruns de educação nas suas diversas matizes, Ministério Público, universidades e demais instituições de educação superior, de forma a que percebam e fortaleçam a visão real das tendências de desvalorização da profissão docente em curso e as consequências que essas tendências possam provocar, chamando a atenção para a grande responsabilidade depositada nesses setores e instituições para fazer redirecionar as políticas em favor da valorização real e eficaz do profissional da educação.(P1)

> Na profissão docente, assim como em outras áreas, as condições de salário, de trabalho e de realização pessoal na atuação profissional são essenciais para atrair os jovens para a profissão. A precariedade e sobrecarga não afetam apenas as condições do magistério, mas são características em muitas profissões nas áreas sociais, voltadas especialmente para o atendimento dos serviços públicos. Essa questão é muito complexa, não permitindo analisá-la de forma pontual e linear. O contexto de desigualdades e de altas transformações econômicas, sociais e tecnológicas dificultam os estabelecimentos de soluções isoladas e que não abordem a radicalidade nas suas origens, visando compreender os princípios da justiça social, as concepções hegemônicas sobre os serviços públicos e o fortalecimento da categoria profissional. O contexto da sociedade brasileira, altamente excludente, desigual e com grande concentração de renda e de riqueza, deve ser analisado de forma conjuntural e nas formas como desencadeia desdobramentos para a definição das políticas sociais e educacionais. Esse não é um problema de solução fácil, ao contrário, é um problema histórico que vem se agravando com o aprofundamento das desigualdades e falta de oportunidades para as juventudes brasileiras, em especial as juventudes periféricas, negras, femininas, social e economicamente vulneráveis. (P2)

> Valorizando o magistério através de salários justos, de estrutura adequada, de gestão democrática, com eleições diretas para diretores, de inovação pedagógica e de tempo para a formação continuada. Políticas de combate à desigualdade social. (P3)

A questão derradeira como o governo poderia atrair jovens para atuarem como professores na educação básica foi respondida evidenciando o fato de que é preciso uma conjunção de ações, que envolvam políticas públicas sociais e culturais para combater a concentração de renda, que promovam oportunidades para as juventudes brasileiras, a inclusão, a diversidade, e o fortalecimento das políti-

cas educacionais com garantias de direitos, melhorias nas condições de permanência e êxito nas universidades, bem como condições de trabalho e salariais.

## Considerações finais

Com base na pesquisa bibliográfica, documental e nas entrevistas realizadas, concluiu-se que o contexto de violência, assédio moral, desvalorização social, baixa remuneração, precarização das condições de trabalho corroboram para a rejeição dos jovens em cursar licenciatura para atuar como professor/a;

Diante da problemática discutida, o Governo Federal, em 2025 lançou o Programa Mais Professores no Brasil, estruturado em cinco eixos integrados e estruturantes: Prova Nacional Docente, Bolsa Pé-de-Meia da Licenciatura, Bolsa Mais Professores, Plataforma de formação continuada e incentivos financeiros de reconhecimento e valorização do magistério, com o intuito de atrair e manter os jovens nos cursos de licenciatura para atuarem nas escolas públicas do país.

No entanto, as pesquisadoras entrevistadas, da área de política educacional brasileira e com mais de vinte anos de experiência profissional, consideraram que tais atrativos são reluzentes, geram mídia, principalmente por serem de cunho financeiro, tendem a atrair, mas deixam a desejar quando aplicados de forma isolada, dissociados de políticas de fortalecimento das garantias de direitos, como melhorias nas condições de permanência e êxito nas universidades, bem como melhorias nas condições de trabalho e salários dos professores da Educação Básica.

Dito isso, compreende-se que o pacote de políticas governamentais para incentivar os jovens a seguirem a

carreira docente encontra-se em consonância para combater as principais causas da problemática da falta de professores/as no país, desde que associado às políticas de valorização salarial e de melhoria das condições de trabalho que visem ao fortalecimento da categoria profissional. Além disso, vale considerar que o Pacote Federal foi instituído recentemente, sendo necessário o acompanhamento e o monitoramento dos dados reais do programa para a realização de pesquisas mais conclusivas.

**Referências**

ARAÚJO, Karlane Holanda. **Os efeitos do prêmio escola nota dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009** /Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.184 f.

Araújo, Karlane Holanda. **O Prêmio Escola Nota Dez e suas implicações à subjetividade das crianças do 2º do ensino fundamental do estado do Ceará** /Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020. 285 f.

ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde. In: MINAYO, M. C.; HUETS, J. M. M. (org.). *O campo da saúde do trabalhador no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

BARROS, M. E.; ZORZAL, D. C.; ALMEIDA, F. S.; IGLESIAS, R. Z.; ABREU, V. G. V. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1,

p. 103–123, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000100005

BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S.; COUTINHO, A. S.; AUGUSTO, L. G. S. Prevalência da síndrome de burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa (PB). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 502–512, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2010000300013

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2024-2034. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_ Base_Conae2024_FNE.pdf. Acesso em: 17/12/2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: https://www.pne.gov.br. Acesso em: 17/12/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação 2024–2034*. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_Base_Conae2024_FNE.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

CEARÁ. Lei nº 16.025, de 30.05.16. Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação (2016/2024). Fortaleza, CE: Governo do Estado, 30 mai. 2020. Disponível em: https://

belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacaotematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16. Acesso em: 17/12/2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. *Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental*. Fortaleza: SEDUC, 2019.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. *Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará*. Fortaleza: SEDUC; UNICEF, 2012.

CODO, W. (coord.). *Educação: carinho e trabalho – burnout, a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: CNTE; UnB, p. 432, 2006.

DAMÁSIO, B. F.; MELO, R. L. P.; SILVA, J. P. Sentido de vida, bem-estar psicológico e qualidade de vida em professores escolares. *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p. 73–82, 2013.

FREITAS, C. R., & Cruz, R. M. (2008). Saúde e trabalho docente. XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Brasil, 1-15.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil*. Nota Técnica n. 8. São Paulo: FCC, out. 2024. DOI: https://doi.org/10.18222/fcc-d3e_2

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57–70, 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v13n37/v13n37a06.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: *Anais do Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ)*. Aracaju, 2015. v. 2.

MASSON, G. Valorização do magistério e remuneração docente. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 157–174, jan./jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Mais professores para o Brasil*. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores. Acesso em: dez. 2025.

MOTA, J. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 6, n. 12, p. 1–10, 2019.

REDAÇÃO G1. No Brasil, violência escolar mais do que triplica em 10 anos; discursos de ódio impulsionam aumento. *G1*, São Paulo, 15 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/15/violencia-escolar-mais-do-que-triplica-em-10-anos.ghtml. Acesso em: dez. 2025.

REIS, E. J. F. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; BARBALHO, L.; SILVA, M. O. Docência e exaustão emocional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229–253, 2006.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. *Poíesis Pedagógica*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 7–19, jan./jun. 2011.

TEIXEIRA, Y. Brasil poderá ter carência de 235 mil professores de educação básica até 2040. *Jornal da USP*, São Paulo, fev. 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-de-educacao-basica-ate-2040/. Acesso em: dez. 2025.

## Notas

1 Decreto Imperial: O artigo 3º, da Lei Geral de Dom Pedro, estabeleceu um piso salarial nacional fixando os salários dos/as professores/as na faixa salarial de 200$000 a 500$00 réis anuais, considerando as circunstâncias da população e a carestia dos lugares, submetendo o valor definido a aprovação da Assembleia Geral da Província. Tratou-se mesmo da primeira tentativa de estabelecer o piso salarial do magistério no Brasil, com valor mínimo determinado e levando em consideração a realidade local. (www.cnte.org.br)

2 Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDB): Uma identificação que facilita o acesso a vantagens já garantidas por lei, como meia-entrada em eventos culturais, e benefícios exclusivos do programa «Mais Professores para o Brasil».